

A Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina

ALEXANDRA DE CAMPOS

O Decreto do Presidente da República n.º 1/2001, de 3 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, I Série A, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2001, ratificou a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina e o Protocolo Adicional Que Proíbe a Clonagem de Seres Humanos.

O percurso até à redacção final da Convenção não foi fácil (o texto demorou seis anos a elaborar, de modo a chegar ao texto ideal que conseguisse a ratificação do maior número de países do Conselho da Europa), pois muitas das questões mais complexas não encontraram uma definição consensual. Esta circunstância foi ultrapassada pela remissão para o direito interno de cada Estado da aplicação de todas as *medidas necessárias para tornar efectivas as disposições da Convenção* (cf. artigo 1.º, *ibid.*).

A Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, o primeiro instrumento jurídico internacional no campo da bioética, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Oviedo em 4 de Abril de 1997, tem como objectivo a protecção do ser humano na

sua dignidade e identidade e a garantia a toda a pessoa, sem discriminação, do respeito pela sua integridade e de todos os outros direitos fundamentais face às aplicações da biologia e da medicina.

É de referir a utilização do termo «ser humano», expressão neutra e abrangente, susceptível de se aplicar à pessoa humana em todas as fases da sua evolução.

Esta Convenção afirma, no seu artigo 2.º, a primazia do interesse e bem-estar do ser humano sobre o interesse da sociedade. Na verdade, este artigo estabelece as premissas que vão nortear e ser objecto de especificação nos restantes artigos desta Convenção: no caso da existência de conflito entre os interesses da ciência, da sociedade e do indivíduo, deverá sempre prevalecer o interesse do indivíduo; os interesses da ciência dever-se-ão subordinar aos interesses da sociedade, no sentido de que a devem «servir», mas nunca passando pela violação da dignidade do ser humano.

Seguidamente, a Convenção promove o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade adequada e refere expressamente a obrigatoriedade da observância das normas e obrigações profissionais, bem como das normas de conduta aplicáveis ao caso concreto em qualquer intervenção na área da saúde, incluindo a investigação (cf. artigos 1.º, 3.º e 4.º, *ibid.*).

O consentimento (capítulo II), a vida privada e o direito à informação (capítulo III), o genoma humano (capítulo IV), a investi-

gação científica (capítulo V), a colheita de órgãos e tecidos para transplante em dadores vivos (capítulo VI) e a proibição de obtenção de lucros e utilização de partes do corpo humano (capítulo VII), capítulo este que aparece como a consolidação de um princípio geral de direito, constituem os temas sobre os quais a Convenção desenvolve as disposições específicas relativas à protecção do ser humano face à possível utilização indevida da biologia e da medicina que cada Estado deverá acolher no seu ordenamento jurídico.

Relativamente à temática do genoma humano, duas normas se impõem desde logo: a da não discriminação da pessoa em função do seu património genético e a da limitação às intervenções sobre o genoma humano, sendo permitidas apenas as intervenções de natureza preventiva, de diagnóstico ou de terapia, e mesmo assim somente se não tiverem por fim a introdução de uma modificação do genoma de descendência (cf. artigos 11.º, 12.º e 13.º, *ibid.*).

De realçar que a identidade genética¹ está consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1997, uma vez que pela

¹ O parecer n.º 20/CNECV/97, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, sobre algumas propostas de revisão constitucional, in PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, vol. 4, 1997, 35-36, não foi favorável relativamente à introdução do termo «identidade genética» na nossa lei fundamental.



Alexandra de Campos é jurista na área do Direito da Saúde da ENSP.

quarta revisão constitucional (Lei Constitucional n.º 1/97, de 20-9) foram adotadas normas que obrigam o legislador ordinário a *garantir a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização de tecnologias e na experimentação científica* (cf. n.º 3 do artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa).

Apesar da existência de lacunas no ordenamento jurídico nacional relativamente a determinados aspectos, como o genoma humano ou a investigação em embriões, para alguns dos quais a aplicação dos princípios da Convenção depende da existência de legislação nacional, como é o exemplo do seu artigo 18.º, acerca da pesquisa de embriões *in vitro*, que prevê a sua aplicabilidade caso esta pesquisa seja admitida pela lei nacional², Portugal já possui previsão legal para outros temas também abordados na Convenção, como é o caso das disposições relativas ao consentimento, aos ensaios clínicos e à colheita de órgãos e tecidos. Mesmo assim, na generalidade, será necessário ajustar estes textos legais existentes ao texto da Convenção de modo a haver uma coincidência, uma vez que os direitos previstos não devem ser restringidos pela lei nacional.

No caso concreto da colheita de órgãos em dadores vivos para fins de transplante em pessoas incapazes para consentirem na recolha do órgão, o artigo 20.º da Convenção estabelece um reforço das medidas de protecção e, apesar das situações de excepção, estipula como princípio geral a proibição deste tipo de intervenções em pessoas que careçam de capacidade para prestarem o seu consentimento livre e esclarecido, o que não acontece na lei portuguesa, onde a intervenção é permitida através de autorização judicial (cf. n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/93, de 22 de Abril).

Talvez pelo tempo que demorou a discutir, o texto da Convenção não faz referência a novos temas que adquiriram alguma importância no âmbito da bioética, como é o caso do ambiente, os organismos geneticamente modificados e também as questões da propriedade industrial aplicada a resultados de investigação em matéria de biomedicina³, ou seja, o uso

económico da descoberta científica; no entanto, o seu artigo 28.º prevê que as [...] *questões fundamentais suscitadas pelo desenvolvimento da biologia e da medicina sejam objecto de um debate público adequado, à luz, particularmente, das implicações médicas, sociais, económicas, éticas e jurídicas pertinentes [...]*, e o n.º 4 do artigo 32.º prevê a sua revisão num prazo máximo de cinco anos após a sua entrada em vigor a fim de acompanhar a evolução científica.

Está ainda prevista a elaboração de protocolos *com vista a desenvolver, em áreas específicas, os princípios contidos na Convenção* (cf. artigo 31.º, *ibid.*).

O Protocolo Adicional Que Proíbe a Clonagem dos Seres Humanos, assinado por Portugal a 12 de Janeiro de 1998 e agora também ratificado, afirma a proibição *de qualquer intervenção cuja finalidade seja a de criar um ser humano geneticamente idêntico a outro ser humano, vivo ou morto*, significando ser humano «*geneticamente idêntico*» a outro ser humano, um ser humano que tem em comum com o outro um conjunto de genes nucleares (cf. artigo 1.º, *ibid.*). Deste modo, verificamos que a clonagem não é totalmente proibida, pois a clonagem de células e tecidos destinada à investigação ou ao tratamento médico não é interdita.

Para concluir, penso poder afirmar que a Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, apesar de todas as considerações preambulares, entre as quais relevam as advertências relativamente ao risco que o mau uso da biologia e da medicina poderá representar para a dignidade humana, não pretende constituir um obstáculo ao desenvolvimento científico, ou tecnológico, que tenta impedir os avanços em nome da preservação de padrões éticos ideais, até porque, de acordo com o artigo 15.º, a regra geral estabelecida relativamente à investigação científica nos domínios da biologia e da medicina é a liberdade de exercício, que apenas tem como limite *as disposições desta Convenção e as outras disposições jurídicas que asseguram a protecção do ser humano*.

² V. parecer n.º 30/CNECV/2000, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, sobre a ratificação da Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina: www.gov.cneqv.pt 2001.05.07.

³ V. FERREIRA, P. M. — Propriedade industrial e direitos humanos, a questão da biomedicina. *Jornal do Instituto de Propriedade Industrial*. 10 (Nov./Dez. 2000), 12-13.

Legislação

1. Acordos internacionais

V. *Ambiente, Biomedicina, Discriminação racial, Mulheres e Segurança social.*

2. Administração Pública

DECRETO-LEI n.º 207/2000, DR I-A Série. 203 (2000-09-02).

Altera o Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 23 de Dezembro (procede à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece as regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral, bem como as respectivas escalas salariais).

DECRETO-LEI n.º 218/2000, DR I-A Série. 209 (2000-09-09).

Procede à adaptação à administração local do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, que estabelece o regime de reclassificação e reconversão profissionais nos serviços e organismos da Administração Pública.

DECRETO-LEI n.º 277/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10).

Adapta à administração local o regime especial de trabalho a tempo parcial para os funcionários de nomeação definitiva com mais de 55 anos de idade, bem como o regime que introduz a semana de trabalho de quatro dias.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 156/2000, DR I-B Série. 265 (2000-11-16).

Cria, no âmbito de INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, o serviço público directo.

DECRETO-LEI n.º 321/2000, DR I-A Série. 289 (2000-12-16).

Altera o Decreto-Lei n.º 562/99, de 21 de Dezembro, que aprova o classificador económico das receitas e despesas públicas.

DECRETO-LEI n.º 29/2001, DR I-A Série. 029 (2001-02-03).

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade funcional

igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 12/2001, DR I-B Série. 033 (2001-02-08).

Adopta procedimentos relativos a novas admissões nos serviços e organismos da Administração Pública.

PORTARIA n.º 80/2001, DR I-B Série. 033 (2001-02-08).

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participações da ADSE.

DECRETO-LEI n.º 67/2001, DR I-A Série. 045 (2001-02-22).

Estabelece as atribuições, competências organização e funcionamento do Conselho Superior da Reforma do Estado e da Administração Pública.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 22/2001, DR I-B Série. 049 (2001-02-27).

Revê a avaliação dos *sites* na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 24/2001, DR I-B Série. 051 (2001-03-01).

Determina a constituição de um sítio na Internet onde sejam publicitados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de um sítio para a publicitação de ofertas de emprego científico e tecnológico, conferindo mandatos a membros do governo para a respectiva implementação.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 25/2001, DR I-B Série. 051 (2001-03-01).

Confere mandatos para a propositura de medidas que estimulem o apoio à aquisição de computadores e outro material informático pelos funcionários públicos e trabalhadores, bem como à disponibiliza-

ção aos mesmos desse equipamento pelas suas entidades patronais.

DECRETO-LEI n.º 97/2001, DR I-A Série. 072 (2001-03-26).

Estabelece o estatuto das carreiras e funções específicas do pessoal de informática.

DECLARAÇÃO n.º 003/2001, DR I-B Série. 066 (2001-03-19).

De terem sido designados ou eleitos os membros da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

PORTARIA n.º 229/2001, DR I-B Série. 066 (2001-03-19).

Aprova o Regulamento Específico dos Apoios à Qualificação dos Recursos Humanos para os Novos Desafios.

V. *Empreitadas de obras públicas.*

3. Água

PORTARIA n.º 1220/2000, DR I-B Série. 299 (2000-12-29).

Estabelece regras relativas às condições a que as águas minerais naturais e as águas de nascente, na captação, devem obedecer para poderem ser consideradas bacteriológicamente próprias.

4. Alcoolismo

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 76/2000, DR I-A Série. 267 (2000-11-18).

Combate ao alcoolismo.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 166/2000, DR I-B Série. 276 (2000-11-29).

Aprova o Plano de Acção contra o Alcoolismo.

DECRETO-LEI n.º 318/2000, DR I-A Série. 287 (2000-12-14).

Reestrutura os centros regionais de alcoologia e cria unidades funcionais de intervenção em alcoologia no âmbito dos serviços locais de saúde mental.

5. Alimentos

DECRETO-LEI n.º 193/2000, DR I-A Série. 190 (2000-08-18).

Estabelece as condições de utilização e os critérios de pureza específicos dos corantes que podem ser utilizados nos

gêneros alimentícios, transpondo para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 1999/75/CE, de 22 de Julho, que altera a Directiva n.º 95/45/CE, da Comissão, de 26 de Julho.

DECRETO-LEI n.º 212/2000, DR I-A Série. 203 (2000-09-02).

Estabelece o regime específico aplicável a alimentos dietéticos destinados a fins medicinais específicos que como tal são apresentados ao consumidor e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1999/21/CE, da Comissão, de 25 de Março.

DESPACHO conjunto n.º 893/2000 (2.ª Série), Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Saúde. 203 (2000-09-02).
Determina quais as entidades que deverão proceder à avaliação dos códigos de boas práticas de higiene que venham a ser elaborados por empresas do sector alimentar.

DECRETO-LEI n.º 222/2000, DR I-A Série. 209 (2000-09-09).

Altera o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 168/87, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.

DECRETO-LEI n.º 274/2000, DR I-A Série. 259 (2000-11-09).

Altera o Decreto-Lei n.º 121/98, de 8 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 363/98, de 19 de Novembro, e transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 98/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Outubro, que altera a Directiva n.º 95/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros sobre aditivos alimentares, com excepção dos corantes e dos edulcorantes.

DECRETO-LEI n.º 284/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10).

Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 1999/39/CE, da Comissão, de 6 de Maio, relativa aos alimentos à base de cereais e aos alimentos para bebés destinados a lactentes e a crianças jovens, e altera o Decreto-Lei n.º 233/99, de 24 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 285/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10).

Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 1999/41/CE, do

Parlamento europeu e do Conselho, de 7 de Junho, relativa aos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial, e altera o Decreto-Lei n.º 227/99, de 22 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 286/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10).

Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 1999/50/CE, da Comissão, de 25 de Maio, relativa às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição, e altera o Decreto-Lei n.º 220/99, de 20 de Junho.

DECRETO-LEI n.º 323-F/2000, DR I-A Série, 5.º suplemento. 292 (2000-12-20).

Estabelece os princípios e as regras gerais a que deve obedecer a rotulagem da carne de bovino e dos produtos à base de carne de bovino.

DESPACHO NORMATIVO n.º 1/2001, DR I-B Série. 009 (2001-01-11).

Proíbe o consumo humano de carne proveniente de abate de bovinos com mais de 30 meses de idade.

DECRETO-LEI n.º 82/2001, DR I-A Série. 058 (2001-03-09).

Altera o Decreto-Lei n.º 180/2000, de 10 de Agosto, que cria a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar.

6. Ambiente

DECRETO-LEI n.º 227/2000, DR I-A Série. 209 (2000-09-09).

Constitui a sociedade VISEUPOLIS, S. A., Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Viseu, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

AVISO n.º 186/2000, DR I-A Série. 226 (2000-09-29).

Torna público ter o Governo de Portugal depositado em 6 de Abril de 2000 o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiriço.

AVISO n.º 194/2000, DR I-A Série. 236 (2000-10-12).

Torna público ter Portugal depositado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, em 26 de Junho de 2000, o instrumento de ratificação relativo ao Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e ao Protocolo de Proibição Total de Ensaios Nucleares.

DECRETO-LEI n.º 260/2000, DR I-A Série. 240 (2000-10-17).

Constitui o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

DECRETO-LEI n.º 261/2000, DR I-A Série. 240 (2000-10-17).

Constitui a sociedade BejaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

DECRETO-LEI n.º 275/2000, DR I-A Série. 259 (2000-11-09).

Constitui a sociedade BragançaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

DECRETO-LEI n.º 292/2000, DR I-A Série. 263 (2000-11-14).

Aprova o Regulamento Geral do Ruído.

DECRETO-LEI n.º 305/2000, DR I-A Série. 272 (2000-11-24).

Constitui a sociedade PolisCastelo Branco — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

DECRETO-LEI n.º 305-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 272 (2000-11-24).

Cria o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste.

DECRETO-LEI n.º 307/2000, DR I-A Série. 275 (2000-11-28).

Constitui a sociedade PolisVila do Conde, S. A., Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Vila do Conde, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

DECRETO-LEI n.º 308/2000, DR I-A Série. 275 (2000-11-28).

Constitui a sociedade LeiriaPolis, S. A. — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

DECRETO-LEI n.º 319/2000, DR I-A Série. 287 (2000-12-14).

Altera o anexo do Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprovou as medidas preventivas com vista a salvaguardar a

<p>execução das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.</p> <p>RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 172/2000, DR I-B Série. 292 (2000-12-20).</p> <p>Constitui um grupo de trabalho para estudar as reacções de âmbito nacional à ameaça química, biológica e nuclear. Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 16-AE/2000, de 20-12.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 329/2000, DR I-A Série. 294 (2000-12-22).</p> <p>Alarga aos municípios de Espinho e Santa Maria da Feira o Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, criado pelo Decreto-Lei n.º 101/2000, de 26 de Abril.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 11/2001, DR I-A Série. 019 (2001-01-23).</p> <p>Cria o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos do Norte Alentejano.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 62/2001, DR I-A Série. 042 (2001-02-19).</p> <p>Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pilhas e acumuladores bem como a gestão de pilhas e acumuladores usados, e transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, 93/86/CE, da Comissão, de 4 de Outubro, e 98/101/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, relativas às pilhas e acumuladores contendo determinadas matérias perigosas. Revoga o Decreto-Lei n.º 219/94, de 20 de Agosto.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 70/2001, DR I-A Série. 047 (2001-02-24).</p> <p>Constitui a sociedade GAIAPOLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 74/2001, DR I-A Série. 048 (2001-02-26).</p> <p>Revoga o n.º 3 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, que institui o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 94/2001, DR I-A Série. 070 (2001-03-23).</p> <p>Constitui a sociedade CoimbraPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, S. A., socie-</p>	<p>dade anónima de capitais exclusivamente públicos.</p> <p>V. <i>Água, Graus académicos, Organismos geneticamente modificados, Poluição, Resíduos e Transporte de mercadorias perigosas.</i></p> <p>7. Assistência médica no estrangeiro</p> <p>DESPACHO n.º 17 382/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. 196 (2000-08-25).</p> <p>Determina o modo de prestação de assessoria técnica prestada no âmbito da análise dos pedidos de assistência médica no estrangeiro.</p> <p>8. Biomedicina</p> <p>DECRETO do Presidente da República n.º 1/2001, DR I-A Série. 002 (2001-01-03).</p> <p>Ratifica a convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Oviedo em 4 de Abril de 1997, e o Protocolo Adicional Que Proíbe a Clonagem de Seres Humanos, aberto à assinatura dos Estados membros em Paris, em 12 de Janeiro de 1998.</p> <p>RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 1/2001, DR I-A Série. 002 (2001-01-03).</p> <p>Aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano face às Aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Oviedo em 4 de Abril de 1997, e o Protocolo Adicional Que Proíbe a Clonagem de Seres Humanos, aberto à assinatura dos Estados membros em Paris, em 12 de Janeiro de 1998.</p> <p>9. Cartão do utente</p> <p>V. <i>Regiões autónomas.</i></p> <p>10. Códigos</p> <p>DECLARAÇÃO de Rectificação n.º 11-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 227 (2000-09-30).</p>	<p>De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 183/2000, do Ministério da Justiça, que altera o Código de Processo Civil.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 320-B/2000, DR I-A Série, 2.º suplemento. 288 (2000-12-15).</p> <p>Altera o Código das Custas Judiciais, criando um regime de autoliquidação da taxa de justiça inicial e da taxa de justiça subsequente.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 320-C/2000, DR I-A Série, 2.º suplemento. 288 (2000-12-15).</p> <p>Altera o Código de Processo Penal, estabelecendo medidas de simplificação e combate à morosidade processual.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 51/2001, DR I-A Série. 039 (2001-02-15).</p> <p>Altera o Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, que aprova o Código da Publicidade.</p> <p>11. Comissões concelhias de saúde</p> <p>PORTARIA n.º 581/2001, DR II Série. 062 (2001-03-14).</p> <p>Regulamento da Comissão Concelhia de Saúde de Amarante.</p> <p>12. Comparticipações</p> <p>V. <i>ADSE e Medicamentos.</i></p> <p>13. Confidencialidade</p> <p>V. <i>Estatística.</i></p> <p>14. Conta Geral do Estado</p> <p>RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 79/2000, DR I-A Série. 267 (2000-11-18).</p> <p>Conta Geral do Estado do Ano de 1997.</p> <p>15. Convenções</p> <p>DESPACHO n.º 17 381/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. 196 (2000-08-25).</p> <p>Determina os princípios, procedimentos e regras de acesso dos utentes do SNS ao regime convencionado.</p> <p>DESPACHO n.º 17 799/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. 201 (2000-08-31).</p> <p>Aprova o clausulado tipo da convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da cirurgia.</p>
--	--	--

DESPACHO n.º 4581-A/2001 (2.ª Série), suplemento, Ministra da Saúde. 055 (2001-03-06).

Determina as patologias e o número de actos a praticar no âmbito da celebração de convenções em cirurgia para o ano de 2001.

DESPACHO n.º 4581-B/2001 (2.ª Série), suplemento, Ministra da Saúde. 055 (2001-03-06).

Determina as patologias e o número de actos a praticar no âmbito do Protocolo Específico de acordo entre o Ministério da Saúde e a União das Mutualidades Portuguesas para o ano de 2001.

DESPACHO n.º 4581-C/2001 (2.ª Série), suplemento, Ministra da Saúde. 055 (2001-03-06).

Determina as patologias e o número de actos a praticar no âmbito do Protocolo Específico de acordo entre o Ministério da Saúde e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social para o ano de 2001.

DESPACHO n.º 4581-D/2001 (2.ª Série), suplemento, Ministra da Saúde. 055 (2001-03-06).

Determina as patologias e o número de actos a praticar no âmbito do Protocolo Específico de acordo entre o Ministério da Saúde e a União das Misericórdias para o ano de 2001.

16. Defesa do consumidor

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 18/2001, DR I-B Série. 044 (2001-02-21).

Designa o Instituto do Consumidor, através do Centro Europeu do Consumidor, como centro de coordenação, funcionando como ponto de contacto nacional, no âmbito da Rede Europeia de Organismos Nacionais de Resolução Extrajudicial de Conflitos de Consumo.

V. Alimentos e Substâncias perigosas.

17. Deficientes

V. Administração Pública.

18. Delegação de competências

DESPACHO n.º 19 692-A/2000, Ministra da Saúde, DR II Série. 228 (2000-10-02). Delegação de competências no Secretário

de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde e no Secretário de Estado da Saúde.

DESPACHO n.º 24 780/2000, Ministra da Saúde, DR II Série. 279 (2000-12-04). Delegação de competências no director-geral da Saúde.

DESPACHO n.º 45 320/2001, Secretário de Estado da Saúde, DR II Série. 055 (2001-03-06).

Delegação de competências no director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

V. Quadro comunitário de apoio.

19. Diagnóstico pré-natal

DESPACHO n.º 18 335/2000 (2.ª série), Ministra da Saúde. 209 (2000-09-09).

Aprova o modelo de recursos de equipamento inerentes à ecografia dos centros de diagnóstico e terapêutica pré-natal e centros de diagnóstico pré-natal.

20. Direito de asilo

V. Serviço Nacional de Saúde.

21. Direitos fundamentais

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 69/2000, DR I-A Série. 250 (2000-10-28).

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

22. Discriminação racial

DECRETO do Presidente da República n.º 5/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27).

Ratifica a emenda ao artigo 8.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 4/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27).

Aprova, para adesão, a emenda ao artigo 8.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aberta à adesão em 1 de Março de 1993.

23. Doação de células

DESPACHO n.º 25 536/2000, Ministra da Saúde, DR II Série. 287 (2000-12-14).

Determina os procedimentos e as formas de suportar os custos inerentes à deslocação dos profissionais de saúde para colheita e transporte de células progenitoras hematopoiéticas a obter no estrangeiro.

24. Educação

PORTARIA n.º 794/2000, DR I-B Série. 218 (2000-09-20).

Aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC — Educação).

25. Educação sexual

DECRETO-LEI n.º 259/2000, DR I-A Série. 240 (2000-10-17).

Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto (reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva), fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens aos cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar.

26. Empreitadas de obras públicas

PORTARIA n.º 104/201, DR I-B Série. 044 (2001-02-21).

Aprova os programas do concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respectivos anexos e memorandos, para serem adoptados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com projectos do dono da obra e nas empreitadas de obras públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95, de 10 de Maio.

27. Ensino superior

LEI n.º 26/2000, DR I-A Série. 194 (2000-08-23).

Aprova a organização e ordenamento do ensino superior.

PARECER n.º 59/99, Procuradoria-Geral da República, DR II Série. 247 (2000-10-25).

Liberdade de estabelecimento no âmbito do ensino superior particular.

<p>DESPACHO n.º 22 248/2000, Ministro da Educação. DR II Série. 254 (2000-11-03). Fixa, para cada instituição de ensino superior, o número máximo de docentes padrão para o ano lectivo de 2000-2001.</p> <p>DESPACHO n.º 22 249/2000, Ministro da Educação. DR II Série. 254 (2000-11-03). Fixa, para cada instituição de ensino superior, o número máximo de não docentes padrão para o ano lectivo de 2000-2001.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 88/2001, DR I-A Série. 070 (2001-03-23). Aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior.</p> <p>28. Esclerose múltipla</p> <p>DECRETO-LEI n.º 327/2000, DR I-A Série. 294 (2000-12-22). Estabelece um regime jurídico de protecção especial na invalidez aos doentes com esclerose múltipla.</p> <p>29. Escola Nacional de Saúde Pública</p> <p>DESPACHO n.º 25 448/2000 (2.ª Série), Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, DR II Série. 286 (2000-12-13). Publica o quadro de pessoal não docente da Escola Nacional de Saúde Pública.</p> <p>30. Escolas superiores de enfermagem e de tecnologia da saúde</p> <p>DECRETO-LEI n.º 99/2001, DR I-A Série. 074 (2001-03-28). Coloca as escolas superiores de enfermagem e de tecnologia da saúde pública sob tutela exclusiva do Ministério da Educação e procede à reorganização da sua rede, bem como cria os Institutos Politécnicos da Saúde de Coimbra, de Lisboa e do Porto.</p> <p>31. Estatística</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 1083/2000, Conselho Superior de Estatística, DR II Série. 195 (2000-08-24). Regulamento para apreciação de pedidos de libertação do segredo estatístico.</p>	<p>32. Estrangeiros</p> <p>LEI n.º 27/2000, DR I-A Série. 208 (2000-09-08). Autoriza o Governo a alterar o regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.</p> <p>DECLARAÇÃO de Rectificação n.º 13/2000, DR I-A Série, suplemento. 235 (2000-10-11). De ter sido rectificada a Lei n.º 27/2000, de 8 de Setembro (autoriza o Governo a alterar o regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional); publicada no <i>Diário da República</i>, 1.ª Série A, n.º 208, de 8 de Setembro de 2000.</p> <p>DECLARAÇÃO de Rectificação n.º 14/2000, DR I-A Série, suplemento. 235 (2000-10-11). De ter sido rectificada a Lei n.º 27/2000, de 8 de Setembro (autoriza o Governo a alterar o regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), publicada no <i>Diário da República</i>, 1.ª Série A, n.º 208, de 8 de Setembro de 2000.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 252/2000, DR I-A Série. 239 (2000-10-16). Aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 4/2001, DR I-A Série. 008 (2001-01-10). Altera o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.</p> <p>33. Estupefacientes</p> <p>DECRETO-LEI n.º 214/2000, DR I-A Série. 203 (2000-09-02). Adita substâncias psicotrópicas às tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.</p> <p>LEI n.º 30/2000, DR I-A Série. 276 (2000-11-29). Define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.</p>	<p>DECRETO-LEI n.º 69/2001, DR I-A Série. 047 (2001-02-24). Adita novas substâncias às tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 214/2000, de 2 de Setembro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.</p> <p>34. Farmácias</p> <p>PORTARIA n.º 249/2001, DR I-B Série. 069 (2001-03-22). Estabelece que o nome «farmácia», simples ou composto, só pode ser utilizado para denominar estabelecimentos que se encontrem autorizados pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento.</p> <p>35. Formação profissional</p> <p>DECRETO REGULAMENTAR n.º 12-A/2000, 2.º suplemento, DR I-B Série. 214 (2000-09-15). Regula os apoios a conceder as acções a financiar pelo Fundo Social Europeu, designadamente no âmbito da formação profissional, da inserção no mercado de trabalho e dos apoios ao emprego.</p> <p>PORTARIA n.º 799-B /2000, 2.º suplemento, DR I-B Série. 218 (2000-09-20). Estabelece as normas procedimentais aplicáveis ao financiamento de acções com o apoio do Fundo Social Europeu.</p> <p>DESPACHO NORMATIVO n.º 42-B/2000, 3.º suplemento, DR I-B Série. 218 (2000-09-20). Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis com formandos e formadores, bem como a natureza de outros custos susceptíveis de elegibilidade para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 280/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10). Permite ao Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR) celebrar contratos administrativos de provimento a fim de se dotar com os meios humanos quantitativa e qualitativamente necessários à prossecução das atribuições de suporte ao sistema nacional de formação.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 328/2000, DR I-A Série. 294 (2000-12-22). Altera os anexos II e III do Decreto-Lei n.º 242/96, de 18 de Dezembro, trans-</p>
--	--	---

pondo a Directiva n.º 2000/5/CE, da Comissão, de 25 de Fevereiro de 2000, que alterou os anexos C e D da Directiva n.º 92/51/CEE, do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa a um segundo sistema geral de reconhecimento das formações profissionais.

DESPACHO conjunto n.º 102-A/2000, Secretários de Estado do Trabalho e Formação e da Segurança Social, DR II Série. 027 (2001-02-10).

Regulamento específico do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (vertente FSE).

36. Graus académicos

DELIBERAÇÃO n.º 1079/2000, Universidade Técnica de Lisboa, DR II Série. 193 (2000-08-22).

Determina a criação da licenciatura em Engenharia Biomédica através do Instituto Superior Técnico.

DELIBERAÇÃO n.º 17 959/2000, Universidade dos Açores, DR II Série. 204 (2000-09-04).

Regime de funcionamento e plano de estudos do curso de Engenharia do Ambiente.

DELIBERAÇÃO n.º 18 025/2000, Universidade de Coimbra, DR II Série. 205 (2000-09-05).

Determina a criação do curso de mestrado em Ortodôncia através da Faculdade de Medicina da Universidade.

AVISO n.º 13 317/2000, Universidade do Porto, DR II Série. 207 (2000-09-07).
Convénio entre a Universidade do Porto e a Universidade do Minho para o curso de mestrado em Gestão e Economia da Saúde.

PORTARIA n.º 745/2000, DR I-B Série. 211 (2000-09-12).

Aprova o plano de estudos do curso de formação militar complementar da formação em Medicina da Escola Naval.

DESPACHO n.º 19 011/2000, Universidade de Coimbra, DR II Série. 218 (2000-09-20).

Determina a criação do curso especializado conducente ao mestrado em Farmacologia Aplicada.

DESPACHO n.º 19 083/2000, Universidade de Coimbra, DR II Série. 219 (2000-09-21).

Criação de um mestrado em Ciências da Saúde em Cabo Verde.

AVISO n.º 2381/2001, Universidade do Porto, DR II Série. 033 (2001-02-08).
Regulamento do Curso de Mestrado em Medicina de Catástrofe pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.

37. Hospitais

PORTARIA n.º 986/2000, DR I-B Série. 237 (2000-10-13).

Altera o Regulamento Interno do Hospital de S. José, aprovado pela Portaria n.º 11/93, de 6 de Janeiro.

DESPACHO n.º 1050/2000, DR I-A Série. 249 (2000-10-27).

Prorroga o período de instalação a que se encontra sujeito o Hospital do Barlavento Algarvio.

PORTARIA n.º 1199/2000, DR I-B Série. 292 (2000-12-20).

Cria o Centro Hospitalar de Vila Real-Peso da Régua.

PORTARIA n.º 1223/2000, DR I-B Série. 299 (2000-12-29).

Cria o Grupo de Hospitais do Nordeste Transmontano, integrando os Hospitais de Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros.

DECRETO-LEI n.º 76/2001, DR I-A Série. 049 (2001-02-27).

Estabelece o estatuto jurídico aplicável ao Hospital do Barlavento Algarvio e faz cessar o seu regime de instalação.

PORTARIA n.º 147/2001, DR I-B Série. 052 (2001-03-02).

Aprova o Regulamento Interno do Hospital dos Hospitais Cívicos de Lisboa.

PORTARIA n.º 241/2001, DR I-B Série. 067 (2001-03-20).

Aprova o Regulamento Interno do Grupo Hospitalar do Médio Tejo.

V. *Registo civil e Universidades.*

38. Jovens

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 71/2000. DR I-A Série. 257 (2000-11-07).

Aprova medidas de combate a factores de risco na adolescência e na juventude.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 4/2001. DR I-B Série. 007 (2001-01-09).

Aprova o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado ESCOLHAS.

DECRETO-LEI n.º 5-B/2001. DR I-A Série. 2.º suplemento. 010 (2001-01-12).
Aprova as normas de transição relativas ao desenvolvimento do regime estabelecido na Lei Tutelar de Menores.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 20/2001. DR I-A Série. 055 (2001-03-06).

Combate aos maus tratos e abuso sexual sobre menores – reforço das medidas de apoio às comissões de protecção de crianças e jovens.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 21/2001. DR I-A Série. 055 (2001-03-06).

Recomenda ao Governo que proceda à regulamentação urgente do regime de execução das medidas de promoção e de protecção de crianças e jovens em risco previstas no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

39. Listas de espera

DESPACHO n.º 19 554/2000, DR II Série. 226 (2000-09-29).

Define a determinação de princípios, procedimentos e regras de acesso dos utentes do SNS ao sector social.

V. *Convenções e Programa do acesso.*

40. Medicamentos

DESPACHO n.º 17 495/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. 198 (2000-08-28).

Publica normas para utilização de medicamentos não possuidores de autorização de introdução no mercado.

DECRETO-LEI n.º 205/2000, DR I-A Série. 202 (2000-09-01).

Altera o Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de participação do Estado no preço dos medicamentos.

DECRETO-LEI n.º 206/2000, DR I-A Série. 202 (2000-09-01).

Regula o regime excepcional de aquisição e dispensa de medicamentos nos estabelecimentos e serviços de saúde, revogando o Decreto-Lei n.º 29/97, de 23 de Setembro.

<p>PORTARIA n.º 713/2000, DR I-B Série. 205 (2000-09-05). Define o regime de preços dos medicamentos para uso humano não sujeitos a receita médica.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 242/2000, DR I-A Série. 223 (2000-09-26). Altera o Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a comparticipação de medicamentos de uso humano.</p> <p>AVISO n.º 15 109/2000 (2.ª Série), Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. 251 (2000-10-30). Publica a lista dos medicamentos comparticipados em Agosto de 2000.</p> <p>DESPACHO n.º 22 651/2000, Secretário de Estado da Saúde. DR II Série. 259 (2000-11-09). Define os critérios a que deve obedecer a avaliação e reavaliação dos medicamentos para efeitos dessa comparticipação.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 283/2000, DR I-A Série. 260 (2000-11-10). Regulamenta a marcação do preço, na unidade escudo ou nas unidades escudo e euro, nas embalagens das especialidades farmacêuticas durante o período transitório do euro. Rectificado pela Declaração de rectificação n.º 16-C/2000, de 30 de Novembro.</p> <p>PORTARIA n.º 1100/2000, DR I-B Série. 266 (2000-11-17). Estabelece normas relativas aos medicamentos que devem ser considerados medicamentos não sujeitos a receita médica.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 1419/2000, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 266 (2000-11-17). Determina a renovação da suspensão das autorizações de introdução no mercado de alguns medicamentos contendo as substâncias activas <i>clobenzorex</i> e <i>fenproporex</i>.</p> <p>DESPACHO n.º 23 683/2000, Secretário de Estado da Saúde. DR II Série. 268 (2000-11-20). Define os princípios gerais orientadores do dimensionamento das embalagens dos medicamentos.</p> <p>AVISO n.º 154/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 004 (2001-01-05). Publica a lista dos medicamentos comparticipados em Outubro do ano 2000.</p>	<p>DELIBERAÇÃO n.º 43/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 005 (2001-01-06). Renovação de autorização de introdução no mercado de medicamentos autorizados em 1990.</p> <p>AVISO n.º 5401-A/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 081 (2001-04-05). Publica a lista dos medicamentos de uso humano autorizados pelo INFARMED durante o ano 2000.</p> <p>AVISO n.º 2001/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 030 (2001-02-05). Publica a lista dos medicamentos comparticipados em Novembro do ano 2000.</p> <p>AVISO n.º 2367/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 033 (2001-02-08). Publica a lista dos medicamentos comparticipados em Dezembro do ano 2000.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 258/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 039 (2001-02-15). Renovação de autorização de introdução no mercado de medicamentos de uso humano.</p> <p>AVISO n.º 3930/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 060 (2001-03-12). Publica a lista dos medicamentos comparticipados em Janeiro do ano 2001.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 417/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 061 (2001-03-13). Renovação de autorização de introdução no mercado de medicamentos de uso humano.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 431/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 065 (2001-03-17). Renovação de suspensão das autorizações de introdução no mercado dos medicamentos contendo as substâncias activas <i>clobenzorex</i> e <i>fenproporex</i>.</p> <p>DELIBERAÇÃO n.º 484/2001, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 073 (2001-03-27). Renovação de autorização de introdução no mercado de medicamentos de uso humano.</p> <p>AVISO n.º 4811-A/2001, suplemento, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. DR II Série. 074 (2001-03-28).</p>	<p>Publica a lista dos medicamentos de uso humano autorizados pelo INFARMED durante o período de Outubro a Dezembro de 1998.</p> <p><i>V. Farmácias, Paramiloidose e Plasma humano</i></p> <p>41. Medicina legal</p> <p>DECRETO-LEI n.º 96/2001, DR I-A Série. 072 (2001-03-2). Aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal.</p> <p>42. Médicos</p> <p>DESPACHO n.º 24716/2000, DR II Série. 278 (2000-12-02). Determina quais os estabelecimentos de saúde e especialidades considerados carenciados para efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 112/98, de 24 de Abril, que prevê a prorrogação dos contratos administrativos de provimento do pessoal médico após a conclusão do internato complementar.</p> <p>DESPACHO n.º 1284/2001, DR II Série. 018 (2001-01-22). Determina que os conselhos de administração dos estabelecimentos hospitalares deverão submeter à aprovação prévia das administrações regionais de saúde os respectivos planos anuais relativos à abertura dos concursos para recrutamento de pessoal das carreiras médicas, com conhecimento do Departamento de Recursos Humanos da Saúde.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 18/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27). Visa cumprir os objectivos constantes do Tratado de adesão a que o Estado Português se vinculou, em matéria de direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços, garantindo a aplicação dos princípios constantes da Directiva n.º 93/16/CEE, do Conselho, de 5 de Abril, destinada a facilitar a livre circulação dos médicos e o reconhecimento mútuo dos seus diplomas, certificados e outros títulos.</p> <p>PORTARIA n.º 148/2001, DR I-B Série. 052 (2001-03-02). Cria a área profissional de genética médica e adita-a ao elenco constante do Regulamento dos Internatos Complementares.</p>
---	--	--

DECRETO-LEI n.º 92/2001, DR I-A Série. 070 (2001-03-23).

Determina que o trabalho extraordinário praticado pelos médicos em serviço de urgência seja pago com base no regime de trabalho de dedicação exclusiva com horário de quarenta e duas horas semanais para a categoria e escalão, independentemente do regime de trabalho praticado.

V. Graus académicos.

43. Ministério da Saúde

PORTARIA n.º 898/2000, DR I-B Série. 225 (2000-09-28).

Aprova o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

AVISO n.º 14 619/2000, DR II Série. 241 (2000-10-18).

Lista de transferências efectuadas pelos serviços e estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde a favor de particulares no 1.º semestre de 2000.

DESPACHO n.º 22 650/2000, Ministra da Saúde. DR II Série. 259 (2000-11-09).
Determina a criação do grupo de normalização do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

PORTARIA n.º 1176-A/2000, DR I-B Série, suplemento. 287 (2000-12-14).
Alarga a competência do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde na celebração de contratos públicos de aprovisionamento para o fornecimento de bens e serviços no sector da saúde e revoga a Portaria n.º 415/98, de 20 de Julho.

DECRETO-LEI n.º 16/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27).
Altera o Decreto-Lei n.º 96/2000, de 23 de Maio, que estabeleceu a nova orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

PORTARIA n.º 133/2001, DR I-B Série. 049 (2001-02-27).
Adopta como símbolo de identificação o conjunto símbolo/logótipo a ser utilizado por todos os serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Saúde.

V. Delegação de competências e Toxicodependência.

44. Mulheres

DECRETO do Presidente da República n.º 6/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27).

Ratificado o Protocolo da Emenda à Convenção para Supressão dos Tráfico de Mulheres e Crianças e Supressão de Tráfico de Mulheres Maiores.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 5/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27).

Aprova, para adesão, o Protocolo da Emenda à Convenção para Supressão dos Tráfico de Mulheres e Crianças e Supressão de Tráfico de Mulheres Maiores, aberto à assinatura em Nova Iorque em 12 de Novembro de 1947.

45. Opções do Plano

LEI n.º 30-B/2000, DR I-A, suplemento. 299 (2000-12-29).

Grandes Opções do Plano para 2001.

46. Orçamento

Declaração n.º 4/2000. DR I-B Série. 252 (2000-10-31)

Publicação dos mapas I a VIII do OE de 2000, a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro.

LEI n.º 30-C/2000, DR I-A, 2.º suplemento. 299 (2000-12-29).
Orçamento do Estado para 2001.

DECLARAÇÃO de Rectificação n.º 1/2001. DR I-A Série. 011 (2001-01-13)
Rectifica o Orçamento de Estado para 2001.

DECRETO-LEI n.º 77/2001, DR I-A. 054 (2001-03-05).
Estabelece normas de execução do Orçamento de Estado para 2001.

47. Organismos geneticamente modificados

DECRETO-LEI n.º 2/2001, DR I-A Série. 003 (2001-01-04).
Regula a utilização confinada de microorganismos geneticamente modificados, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/81/CE, do Conselho, de 26 de Outubro, que altera a Directiva n.º 90/219/CEE, do Conselho, de 23 de Abril.

48. Paramiloidose

DESPACHO n.º 4521/2001 (2.ª Série), Secretário de Estado da Saúde. DR II Série. 054 (2001-03-05).

Determina o acesso mais fácil aos medicamentos por parte dos doentes afectados de paramiloidose.

49. Plano Oficial de Contabilidade Pública

PORTARIA n.º 42/2001, DR I-B Série. 016 (2001-01-19).

Aprova a orientação n.º 2/2000 – orientação genérica relativa às normas de inventariação dos bens administrados e controlados pelos serviços e organismos obrigados à aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

V. Educação e Ministério da Saúde.

50. Plasma humano

DESPACHO conjunto n.º 1051/2000 (2.ª Série), Ministros da Defesa e da Saúde. DR II Série. 251 (2000-10-30).

Define os procedimentos de registo da requisição, distribuição e administração dos medicamentos hemoderivados a observar pelas entidades envolvidas.

51. Poluição

DECRETO-LEI n.º 194/2000, DR I-A Série. 192 (2000-08-21).

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/61/CE, do Conselho, de 24 de Setembro, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição.

DECRETO-LEI n.º 253/2000, DR I-A Série. 239 (2000-10-16).
Aprova o Regulamento das Emissões de Dióxido de Carbono e Consumo de Combustível dos Automóveis.

52. Preços

DESPACHO n.º 3549/2001 (2.ª Série), Ministra da Saúde. DR II Série. 043 (2001-02-20).

Determina a atribuição de verbas às instituições e serviços do SNS onde se praticam actos de colheita e transplante.

PORTARIA n.º 189/200, DR I-B Série. 058 (2001-03-09).

<p>Aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde, bem como o respectivo regulamento.</p> <p><i>V. Medicamentos.</i></p> <p>53. Programa do acesso</p> <p>PORTARIA n.º 1156/2000, DR I-B Série. 280 (2000-12-05). Altera a tabela anexa à Portaria n.º 186/2000, de 31 de Março (estabelece os preços a pagar aos centros regionais de oncologia do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil pelos actos ou procedimentos efectuados ao abrigo do Programa Específico para a Promoção de Acesso naqueles estabelecimentos).</p> <p>DESPACHO conjunto n.º 210-A/2001, Ministra da Saúde. DR II Série. 055 (2001-03-06). Determina a manutenção do Programa para a Promoção do Acesso.</p> <p>DESPACHO conjunto n.º 210-B/2001, Ministra da Saúde. DR II Série. 055 (2001-03-06). Determina a manutenção do Programa para a Promoção do Acesso aos Centros Regionais de Oncologia.</p> <p>PORTARIA n.º 163-A/2001, DR I-B Série, suplemento. 055 (2001-03-06). Aprova as tabelas dos Programas para a Promoção do Acesso.</p> <p>54. Protecção da maternidade e da paternidade</p> <p>DECRETO-LEI n.º 230/2000, DR I-A Série. 221 (2000-09-23). Regulamenta a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e paternidade no que se refere à protecção de trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico.</p> <p>55. Protecção dos trabalhadores</p> <p>DECRETO-LEI n.º 301/2000, DR I-A Série. 267 (2000-11-18). Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.</p>	<p>REGULAMENTO n.º 34/2000, Instituto de Seguros de Portugal, DR II Série. 284 (2000-12-11). Norma n.º 15/2000-R – Provisão para sinistros do seguro de acidentes de trabalho.</p> <p>56. Quadro comunitário de apoio</p> <p>DESPACHO n.º 23 535/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. DR II Série. 287 (2000-12-14). Aprova os regulamentos de aplicação referentes às medidas financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) do Programa Operacional Saúde/Saúde XXI, do 3.º Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 15/2001, DR I-A Série. 023 (2001-01-27). Cria o regime de incentivos para a criação e reorganização de unidades prestadoras de cuidados de saúde no âmbito da medida 3.1 do Programa Operacional Saúde (Saúde XXI) do 3.º Quadro Comunitário de Apoio.</p> <p>DESPACHO n.º 5685/2001, Ministra da Saúde, DR II Série. 069 (2001-03-22). Delegação de competências na gestora do Programa Saúde XXI.</p> <p>57. Referendo</p> <p>LEI orgânica n.º 4/2000, DR I-A Série. 195 (2000-08-24). Aprova o regime jurídico do referendo local.</p> <p>58. Regiões autónomas</p> <p>RESOLUÇÃO da Assembleia Legislativa Regional n.º 20/2000/M, DR I-B Série. 204 (2000-09-04). Manifesta o mais veemente protesto à legislação sobre a discriminação do consumo de droga em Portugal e a audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira.</p> <p>RESOLUÇÃO da Assembleia Legislativa Regional n.º 22/2000/M, DR I-B Série. 204 (2000-09-04). Recomenda ao Governo Regional que recuse os meios da administração pública regional para aplicação da lei que discriminaliza o consumo da droga à Região Autónoma da Madeira.</p>	<p>DECRETO Regulamentar Regional n.º 42/2000/M, DR I-B Série. 252 (2000-11-02). Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/99/M, de 29 de Setembro, que cria o cartão de utente do Serviço Regional de Saúde.</p> <p>59. Registo civil</p> <p>DESPACHO conjunto n.º 10 004/2000, Ministros do Trabalho e da Solidariedade, da Justiça e da Saúde, DR II Série. 235 (2000-10-11). Regulamento do período experimental do Projecto Nascer Cidadão.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 13/2001, DR I-A Série. 021 (2001-01-25). Estabelece um regime especial de procedimentos para o registo dos nascimentos ocorridos em unidades de saúde.</p> <p>DESPACHO conjunto n.º 266/2001, Ministros do Trabalho e da Solidariedade, da Justiça e da Saúde, DR II Série (2001-03-22). No âmbito do regime especial de procedimentos para o registo dos nascimentos ocorridos em unidades de saúde, aprova o modelo de impresso onde será registado em simultâneo o registo civil e a inscrição nos serviços de saúde e de segurança social.</p> <p>60. Regulamentos</p> <p><i>V. Substâncias perigosas.</i></p> <p>61. Resíduos</p> <p>DECRETO-LEI n.º 226/2000, DR I-A Série. 209 (2000-09-09). Cria o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Alto Tâmega.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 323-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 292 (2000-12-20). Cria o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 93/2001, DR I-A Série. 070 (2001-03-23). Cria o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Douro Sul.</p>
---	--	---

62. Saúde

DESPACHO n.º 23 682/2000, Ministra da Saúde. DR II Série. 268 (2000-11-20). Institui o dia 30 de Outubro como o Dia Nacional de Prevenção do Cancro da Mama.

DESPACHO n.º 24 832/2000 (2.ª Série), Ministra da Saúde. DR II Série. 280 (2000-12-05).

Determina a alteração da composição da Comissão de Fomento da Investigação em Cuidados de Saúde.

DESPACHO conjunto n.º 292/2001, Ministros do Trabalho e da Solidariedade e da Educação. DR II Série. 075 (2001-03-29).

Regulamento de Acesso à Medida n.º 2, Acção n.º 2.2 — Desenvolvimento do Ensino Superior na Área da Saúde.

63. Saúde pública

DECRETO-LEI n.º 211/2000, DR I-A Série. 203 (2000-09-02).

Altera o Decreto-Lei n.º 393-B/98, de 4 de Dezembro, que adopta medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiforme bovina no domínio da alimentação animal aplicáveis no território de Portugal continental.

PORTARIA n.º 40/2001, DR I-B Série. 015 (2001-01-18).

Regulamenta os termos em que é aplicado o regime de aquisição de bovinos com mais de 30 meses de idade para abate e destruição das respectivas carcaças, nos termos do Regulamento CE n.º 2777/2000, da Comissão, de 18 de Dezembro.

PORTARIA n.º 90/2001, DR I-B Série. 033 (2001-02-08).

Aprova o Regulamento do Centro Regional de Saúde Pública da Zona Norte.

DECRETO-LEI n.º 61/2001, DR I-A Série. 042 (2001-02-19).

Altera o Decreto-Lei n.º 393-B/98, de 4 de Dezembro, que adopta medidas de emergência relativas à encefalopatia espongiforme dos bovinos, proibindo a utilização na alimentação animal de proteínas de animais transformados e determinando a destruição das respectivas existências constatadas à data da entrada em vigor do diploma.

DESPACHO n.º 4520/2001 (2.ª Série), Ministra da Saúde. DR II Série. 054 (2001-03-05).

Determina os objectivos do Programa de Vigilância Epidemiológica das Doenças Humanas por Priões.

DECRETO-LEI n.º 91/2001, DR I-A Série. 070 (2001-03-23).

Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses. Revoga o Decreto-Lei n.º 317/85, de 2 de Agosto.

V. Alimentos e Tuberculose.

64. Segurança infantil

PORTARIA n.º 1201/2000, DR I-B Série. 293 (2000-12-21).

Altera o n.º 3 da Portaria n.º 116-A/2000, de 3 de Março, que proíbe a utilização de determinados ftalatos na fabricação, importação, exportação, trocas intracomunitárias, comercialização ou colocação no mercado de certos artigos de puericultura e brinquedos em PVC mole.

65. Saúde mental

DESPACHO conjunto n.º 109/2001, Ministros da Defesa Nacional e da Saúde, DR II Série. 030 (2001-02-05).

Determina a constituição da Comissão Nacional de Acompanhamento para a coordenação da rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica.

V. Alcoolismo.

66. Saúde ocupacional

PORTARIA n.º 137/2001, DR I-B Série. 051 (2001-03-01)

Fixa o montante das taxas devidas pelos actos relativos aos procedimentos e certificação, bem como dos de realização de auditorias, a realizar pelos técnicos superiores de segurança e de higiene no trabalho e técnicos de segurança e de higiene no trabalho.

DESPACHO conjunto n.º 265/2001, Ministros das Finanças, do Trabalho e da Solidariedade e da Reforma do Estado e da Administração Pública, DR II Série. 070 (2001-03-23).

Determina o regime remuneratório dos membros do conselho directivo do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

67. Segurança social

DECRETO n.º 23/2000, DR I-A Série. 213 (2000-09-14).

Aprova o Protocolo à Convenção Europeia de Segurança Social, aberto à assinatura em Estrasburgo em 11 de Maio de 1994.

DECLARAÇÃO de Rectificação n.º 11/2000, DR I-A Série. 221 (2000-09-23). Rectifica a Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto, que aprova as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série A, n.º 182.

DECRETO-LEI n.º 309-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 277 (2000-11-30)

Altera o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de Julho (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência).

PORTARIA n.º 1141-A/2000, DR I-B Série, 2.º suplemento. 277 (2000-11-30). Actualiza as prestações de invalidez, de velhice, de sobrevivência e as pensões de doença profissional dos regimes de segurança social. Revoga a Portaria n.º 1069/99, de 10 de Dezembro.

DECRETO-LEI n.º 316-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 282 (2000-12-07). Aprova os estatutos do Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

V. Esclerose múltipla.

68. Serviço Nacional de Saúde

PORTARIA n.º 30/2001, DR I-B Série. 014 (2001-01-17).

Estabelece as modalidades específicas de assistência médica e medicamentosa a prestar nas diferentes fases do procedimento de concessão do direito de asilo desde a apresentação do respectivo pedido até à decisão final que recair sobre o mesmo.

V. Convenções e Preços.

69. Sida

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 173/2000, DR I-B Série. 282 (2000-12-21).

<p>Promove a reestruturação orgânica e funcional da Comissão Nacional de Luta contra a Sida.</p> <p>70. Substâncias perigosas</p> <p>DECRETO-LEI n.º 195-A/2000, DR I-A Série, suplemento. 193 (2000-08-22). Altera o Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 256/2000, DR I-A Série. 240 (2000-10-17). Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 94/27/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Junho, 1999/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Maio, e 1999/51/CE, da Comissão, de 26 de Maio, relativas à limitação de colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas.</p> <p>71. Tecnologias da saúde</p> <p>PORTARIA n.º 958/2000, DR I-B Série. 231 (2000-10-06). Regulamenta o processo de reconhecimento do grau de bacharel e do diploma de estudos especializados na área das tecnologias da saúde, a conceder nos termos do Decreto-Lei n.º 281/97, de 15 de Outubro.</p> <p>72. Técnicos de diagnóstico e terapêutica</p> <p>PORTARIA n.º 721/2000, DR I-B Série. 205 (2000-09-05). Define as normas reguladoras da aplicação dos métodos de selecção, na utilização e respectivos factores de ponderação, nos concursos de ingresso e de acesso na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.</p> <p>73. Técnicos superiores de saúde</p> <p>DECRETO-LEI n.º 213/2000, DR I-A Série. 203 (2000-09-02). Estabelece, nos termos do previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, o regime de recrutamento e selecção do pessoal da carreira dos técnicos superiores de saúde.</p>	<p>74. Toxicodependência</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 109/2000, DR I-A Série. (2000-08-19). Determina que o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência elabore e apresente ao Governo, no prazo de três meses, uma proposta de plano de acção nacional contra a droga e toxicodependência.</p> <p>PORTARIA n.º 108/2001, DR I-B Série. 045 (2001-02-22). Homologa o Regulamento da Orgânica Complementar do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT). Rectificada pelas Declarações de Rectificação n.ºs 4-H/2001 e 4-G/2001, de 28 de Fevereiro.</p> <p>PORTARIA n.º 109/2001, DR I-B Série. 045 (2001-02-22). Homologa o Regulamento das Delegações Regionais e dos Núcleos Distritais e Sociais do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT).</p> <p>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 30/2001, DR I-B Série (200-03-13). Aprova os 30 principais objectivos da luta contra a droga e a toxicodependência no horizonte 2004.</p> <p><i>V. Estupefacientes e Regiões autónomas.</i></p> <p>75. Transplantes</p> <p>DESPACHO n.º 5374/2001, Ministra da Saúde, DR II Série. 066 (2000-03-19). Determina a criação da Comissão de Acompanhamento da Transplantação de Medula Óssea Alogénica.</p> <p><i>V. Doação de células e Preços.</i></p> <p>76. Transporte de mercadorias perigosas</p> <p>PORTARIA n.º 729/2000, DR I-B Série. 207 (2000-09-07). Altera a Portaria n.º 1196-C/97, de 24 de Novembro [aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE)].</p> <p>DECRETO-LEI n.º 227 C/2000, DR I-A Série, suplemento. 220 (2000-09-22). Regula o transporte ferroviário de mercadorias perigosas.</p>	<p>DECRETO-LEI n.º 322/2000, DR I-A Série. 291 (2000-12-19). Institui um novo regime jurídico relativo à designação e à qualificação profissional dos conselheiros de segurança para o transporte de mercadorias perigosas por estrada, caminho de ferro ou via navegável.</p> <p>77. Tuberculose</p> <p>RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 2/2001, DR I-A Série. 011 (2001-01-13). Recomenda ao Governo que reforce um programa específico sério de combate à tuberculose.</p> <p>78. Unidades privadas de saúde</p> <p>DECRETO-LEI n.º 240/2000, DR I-A Série. 223 (2000-09-26). Altera o Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de Novembro, que aprova o regime jurídico do licenciamento e fiscalização das unidades privadas de saúde que desenvolvem actividades de radiodiagnóstico, de radioterapia e de medicina nuclear.</p> <p>DECRETO-LEI n.º 241/2000, DR I-A Série. 223 (2000-09-26). Altera o Decreto-Lei n.º 505/99, de 20 de Novembro, que aprova o regime jurídico do licenciamento e fiscalização das unidades privadas de diálise.</p> <p>DESPACHO n.º 21 714/2000, Secretário de Estado da Saúde, DR II Série. 249 (2000-10-27). Determina a composição da Comissão Técnica Nacional para o acompanhamento do funcionamento das unidades privadas de saúde que utilizem com fins de diagnóstico, de terapêutica e de prevenção radiações ionizantes, ultra-sons ou campos magnéticos.</p> <p>DESPACHO n.º 25 900/2000, Secretário de Estado da Saúde, DR II Série. 292 (2000-12-20). Determina a composição da Comissão Técnica Nacional para o acompanhamento do funcionamento das unidades privadas de diálise.</p> <p>DESPACHO n.º 891/2001, Ministra da Saúde, DR II Série. 014 (2001-01-17). Aprova o regulamento das comissões de verificação técnica para as unidades privadas de saúde.</p>
---	--	--

DESPACHO n.º 893/2001, Ministra da Saúde, DR II Série. 014 (2001-01-17).
Aprova o regulamento das comissões técnicas nacionais para as unidades privadas de saúde.

79. Universidades

PORTARIA n.º 1176/2000, DR I-B Série. 287 (2000-12-14).
Determina que a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior e instituições hospitalares passem a estar articuladas institucionalmente, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 94/91, de 26 de Fevereiro.

80. Violência

DECRETO-LEI n.º 323/2000, DR I-A Série. 291 (2000-12-19).
Regulamenta a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, que estabelece o quadro geral da rede pública de casa de apoio às mulheres vítimas de violência.

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 16/2001. DR I-A Série. 042 (2001-02-19).
Combate à insegurança e violência em meio escolar.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A **Revista Portuguesa de Saúde Pública** aceita trabalhos sobre qualquer assunto relacionado com o tema geral da saúde pública, entendida esta no seu sentido mais amplo.

Os **artigos** deverão ser enviados ao Director. A este caberá a responsabilidade de aceitar, rejeitar ou propor modificações. Para este efeito, o Director será apoiado por um Conselho de Redacção.

Os **artigos** deverão ser enviados em suporte informático e acompanhados por uma versão impressa (incluindo quadros e figuras), dactilografados a duas entrelinhas em folhas de formato A4. Em cada folha não deverão ser dactilografadas mais de 35 linhas. As folhas serão numeradas em ordem sequencial.

Os **trabalhos** deverão conter o seguinte:

- a) Título do trabalho, nome(s) e pequeno esboço curricular do(s) autor(es), principais funções ou títulos, até ao máximo de dois;
- b) Pequena introdução ao artigo até ao máximo de uma página dactilografada;
- c) O texto;
- d) Quadros com títulos e legendas;
- e) Gráficos, a preto e branco, com títulos e legendas;
- f) Pequeno resumo do artigo acompanhado do respectivo título e tradução em inglês;
- g) Os originais não deverão conter pés-de-página. Todas as referências bibliográficas completas serão inseridas no final do artigo.

A **bibliografia** deverá obedecer à norma portuguesa NP 405-1* para elaboração de referências bibliográficas de documentos impressos.

Nas referências bibliográficas os autores deverão ser colocados por ordem alfabética (apelido seguido dos restantes nomes):

Quando se trata de um artigo de revista:

RAISLER, Jeanne, ALEXANDER, Cheryl, e O'CAMPO, Patricia — Breast-feeding and infant illness : a dose-response relationship? *American Journal of Public Health*. Washington, D. C. ISSN 0090-0036. 89 : 1 (January 1999) 25-30.

Quando se trata de um livro:

Autor pessoa-física:

ROBERTSON, Leon S. — Injury epidemiology: research and control strategies. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-512202-X.

Colectividade autor:

WONCA INTERNATIONAL CLASSIFICATION COMMITTEE — ICPC-2 : international classification of primary care. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-262802-X.

Quando se trata de um capítulo de livro:

ARMENIAN, H. K. — Case-control methods. In ARMENIAN, H. K., e SHAPIRO, S., ed. lit. — Epidemiology and health services. New York: Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-509359-3, pp. 135-155.

Quando se trata de comunicações apresentadas em jornadas, congressos e similares:

DEBOYSER, Patrick — Política europeia do medicamento. In JORNADAS INFARMED, 1, Lisboa, 24-25 de Janeiro de 1997 — Medicamento : as políticas nacionais face à internacionalização. Lisboa: INFARMED, 1997, pp. 21-24.

Todas as referências bibliográficas deverão ser obrigatoriamente citadas no texto.

Exemplos:

Até três autores:

Entre parênteses escreve(m)-se o(s) seu(s) apelido(s) e o ano de publicação:

[...] embora o seu desempenho na epidemiologia, prevenção e tratamento ainda esteja para ser avaliado (Campino, L., Pires, R. C., e Abranches, P., 1996).

Mais de três autores:

Entre parênteses indica-se somente o apelido do primeiro autor, seguido de *et al.*, e o ano de publicação:

[...] sabe-se actualmente (Devalia *et al.*, 1997) que o ozono interfere com a actividade [...]

Revisão de provas: Os autores receberão provas de composição do artigo para correcção, a qual deverá incidir exclusivamente sobre erros de dactilografia. A devolução das provas deve ser efectuada no prazo de uma semana após a data de recepção pelo autor.

Separatas: O primeiro autor receberá 30 separatas do artigo.

Correspondência: Enviada por correio normal ou electrónico ao cuidado do Director para:

Revista Portuguesa de Saúde Pública
Escola Nacional de Saúde Pública — UNL
Av. Padre Cruz
1600-560 Lisboa
e-mail: ensp@ensp.unl.pt

* INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE — NP 405-1 : 1994 : informação e documentação : referências bibliográficas: documentos impressos. — Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1995.